

RELATÓRIO E CONTAS



20
20

PARTE I – RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Acionistas,

De acordo com a Lei, designadamente quanto ao estabelecido no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, e com os Estatutos, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados, da Reditus SGPS, S.A., relativos ao exercício de 2020.

1. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial

Enquadramento Macroeconómico

Economia internacional

A economia mundial em 2020 foi profundamente marcada pelas consequências da pandemia de Covid-19 que marcou o ano e conduziu à maior recessão mundial desde o rescaldo da Segunda Guerra Mundial. O Produto Interno Bruto (PIB) global caiu 3,5%, beneficiando ainda assim da recuperação económica do último trimestre nalgumas das economias mais desenvolvidas e a consolidação do crescimento chinês, iniciado em meados do ano. A quebra de 3,5% compara com a redução marginal de -0,1% ocorrida em 2009 na sequência da crise financeira que assolou a generalidade das economias mundiais e que ficou conhecida como a “grande recessão”. Ou seja, assistimos ao cenário económico mais adverso dos últimos 80 anos, com implicações que perdurarão nos anos subsequentes.

Como acima se referiu, a recessão acabou por não ser tão severa quanto se temia em meados do ano porque a China cresceu 2,3%, ainda que os Estados Unidos tenham recuado 3,4%, a União Europeia registou uma queda do Produto de 6,2%, ainda assim abaixo de alguns casos mais severos como a Índia, por exemplo, que caiu 8%.

A pandemia afetou a oferta e a procura pelo modo como afetou a atividade e mobilidade das populações e deu origem a um conjunto de respostas por parte dos governos das principais economias de dimensão histórica e que terão atenuado o resultado dos enormes impactos económicos e financeiros da situação sanitária mundial.

Economia portuguesa

O Produto Interno Bruto (PIB) português contraiu 7,6% em 2020, após ter registado um crescimento de 2,2% em 2019, a mais profunda desde que há registos oficiais, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia covid-19 na economia portuguesa.

A procura interna apresentou um contributo negativo muito relevante para a variação anual do PIB, após ter sido positivo em 2019, devido, sobretudo, à contração do consumo privado. Também o contributo da procura externa líquida foi mais negativo em 2020, verificando-se reduções

importantes das exportações e importações de bens e de serviços, com destaque particular para a diminuição sem precedente das exportações de turismo. O sector do turismo, a par do transporte aéreo, foi negativamente afetado pelas limitações que as medidas não farmacológicas de combate à pandemia colocaram à mobilidade das populações e pelas restrições impostas pelos governos às deslocações internacionais.

Função do impacto da pandemia na atividade económica e no emprego e da necessidade de lançar vários programas de apoio às empresas e às famílias, assistiu-se a uma degradação importante dos indicadores relativos às finanças públicas, ainda assim dentro do padrão geral da maioria dos países da União Europeia.

Em 2020 a inflação manteve-se em valores particularmente baixos, função, nomeadamente, da contração da Procura Agregada (ainda que a Oferta também se tenha contraído) e da continuação de uma política monetária expansionista e de preços relativamente controlados do petróleo e muitas matérias-primas. Aliás, a política do Banco Central Europeu, assim como dos congéneres das principais economias, assumiu um papel importante na mitigação dos efeitos da crise sanitária.

Enquadramento Sectorial

O mercado português de TIC

De acordo com os principais analistas de o mercado de Tecnologias de Informação e Comunicação na região EMEA sofreu uma redução de 6,5% em 2020. Desta forma, o mercado português de TIC terá valido de acordo com estas estimativas cerca de 7.704 milhões de euros. Uma redução que terá tido efeito em todos os segmentos, mas com especial incidência nos segmentos de *hardware* e serviços.

Esta redução do valor de mercado ficou a dever-se a dois fatores principais, nomeadamente o Brexit e a pandemia. De acordo com a IDC, a recuperação das disrupções na economia e das mudanças sociais e empresariais de longo prazo causadas por esta pandemia irão obrigar a uma redefinição das prioridades e influenciar as decisões de investimento em TI e Digital nos próximos cinco anos.

Para este analista, a recuperação será feita em duas fases, após um primeiro momento marcado pela resposta à crise pandémica, onde o foco das organizações foi a segurança dos colaboradores e a ampliação do trabalho remoto seguro seguida da otimização de custos. Após este momento inicial, estamos agora perante uma primeira fase de recuperação onde a preocupação está na resiliência e agilidade do negócio. Nesta fase as organizações já aprenderam com o início da crise e começam a estabelecer novas prioridades e investimentos para competir de um modo diferente numa “nova normal”. A segunda fase só terá início após organizações conseguirem garantir esta resiliência e agilidade, começando a investir em áreas que permitam explorar novas oportunidades, com o objetivo de se prepararem para aquilo que a IDC designa por “*Future Enterprise*”.

Na perspetiva da IDC, a “*Future Enterprise*”, ou Empresa do Futuro, deve conseguir inovar e escalar a um ritmo muito superior ao das empresas tradicionais, e é totalmente impulsionada por uma força de trabalho altamente qualificada e focada no cliente, que abraça o risco ao mesmo tempo que procura inovar continuamente. Este processo de transformação das organizações irá por isso lado abrir oportunidades para os fornecedores de TI ao nível das estratégias de *governance*, segurança, privacidade, agilidade (DevOps) e em todas as áreas relacionadas com a transformação digital.

O mercado internacional de TIC

No plano internacional, a Gartner prevê nos seus estudos de janeiro de 2021 que os gastos em Tecnologias de Informação (TI) tenham atingido os 3,6 biliões de US dólares em 2020, valor que representa um decréscimo de 3,2%, relativamente a 2019. Para 2021, no entanto, a analista espera uma reversão nos investimentos do sector com um crescimento de 6,2%, com o valor de mercado a atingir os 3,9 biliões de US dólares.

Esta redução do valor de mercado ficou a dever-se à pandemia Covid19. O seu efeito foi minimizado pela velocidade sem precedentes da transformação digital em 2020 para satisfazer o trabalho remoto, a educação e as novas normas sociais.

O crescimento esperado do sector em 2021 far-se-á em todos os segmentos. O Software de Gestão é o segmento que no entanto apresenta as maiores taxas de crescimento, ligeiramente abaixo dos 9%, à medida que se vai desenvolver o ambiente do trabalho remoto. O segmento de Hardware terá o segundo maior crescimento em 2021, a rondar os 8%, esperando-se um valor de mercado de 705,4 milhares de milhões de US dólares. Os sistemas de Data Centre, serviços de TI e de Comunicações, terão crescimentos de 6,2%, 6% e de 4,5%, respetivamente.

Para 2022, a Gartner prevê a manutenção do crescimento do valor de mercado, mas com menor expressão, a rondar os 4,6%. Com este crescimento o valor de mercado irá situar-se nos 4,1 biliões de US dólares.

Até 2024, as empresas serão forçadas a acelerar a implementação de planos de transformação digital dos seus negócios para sobreviver num mundo pós-COVID-19, que irá envolver uma maior adoção permanente de trabalho remoto e pontos de contacto digitais. A Gartner prevê que os gastos globais com Tecnologias de Informação relacionados com o trabalho remoto totalizarão 332,9 milhares de milhões de US dólares em 2021, um aumento de 4,9% em relação a 2020.

Na região EMEA a Gartner estima igualmente um crescimento em 2021, a rondar os 6,5%, passando a representar um valor de mercado de 1,07 biliões de US dólares. De acordo com este analista, estes valores representam uma inversão da tendência ocorrida em 2020, ano em que os gastos em Tecnologias de Informação (TI) na região EMEA sofreram um decréscimo de 6,5%.

De acordo com as análises da Gartner os gastos de TI recuaram em todos os segmentos, derivado a 2 aspetos principais, Brexit e Covid 19. No entanto, em 2021, à medida que as organizações começarem a reconfigurar seus modelos operacionais e de negócio para uma nova realidade, as empresas aumentarão os gastos em TI e mudarão as áreas de investimento. Desta forma espera-se um incremento em todos os segmentos de mercado com especial incidência no Software de Gestão e Sistemas de Data Centre que sofrerão incrementos de 6,1% e 4,1% respetivamente. Contrariamente às perspetivas para o mercado mundial, na região EMEA, o Hardware será o segmento com menor crescimento, a rondar 1,7%.

Tendências Tecnológicas

As estimativas da IDC e da Gartner sobre a contribuição do digital para o PIB mundial, permitem perceber que, apesar de assimétrica, a globalização tecnológica é uma realidade com impacto crescente na competitividade das organizações independentemente da sua dimensão, sector de atividade ou mercado geográfico da sua intervenção.

Esta é uma tendência e um sinal distintivo das novas empresas, que nascem já dentro de um ambiente tecnológico bastante competitivo, e a partir do qual desenvolvem as suas vantagens competitivas, mas também das outras com processos suportados em ambientes tecnologicamente menos evoluídos, mas cuja competitividade depende da sua capacidade em implementar processos rápidos de transformação digital.

Apesar de 2020 ter sido um marcado pelo impacto negativo da Pandemia, do Brexit e das tensões comerciais entre a China e os EUA, prevê-se que o ano de 2021 traga uma recuperação bastante acentuada do sector de TIC a nível mundial. Desta forma, para a IDC a recuperação do sector far-se-á através de investimentos em áreas estratégicas, como sejam:

IT CENTRADO NA CLOUD. Até ao final de 2021, com base na aprendizagem feita em 2020, 80% dos negócios irão estabelecer um mecanismo de transição para infraestruturas *cloud-centric* e aplicações duas vezes mais rápidas do que anteriormente à pandemia.

ACELERAÇÃO DO EDGE. Até 2023, 80% dos investimentos *edge-driven* e alterações dos modelos de negócio na maioria das indústrias serão impulsionadas por reações às mudanças laborais e operacionais forçadas pela pandemia.

HYBRID BY DESIGN. Até 2023, mais de 50% das novas infraestruturas de IT empresarial serão implementadas no *edge* em vez de em *data centres*, em contraste com os atuais 10%; em 2024, o número de aplicações *edge* irá crescer 800%.

RESOLVER A DÍVIDA TÉCNICA. Até 2023, 70% dos CIO terão de lidar com a dívida tecnológica acumulada durante a pandemia, criando *stress* financeiro, inércia na agilidade do IT, e “migrações forçadas” para a *cloud*.

RESILIÊNCIA DIGITAL. Em 2022, empresas focadas na resiliência digital vão adaptar-se à disrupção e expandir os serviços para responder a novas condições 50% mais rapidamente do que empresas focadas em restaurar os níveis de resiliência de negócio/IT pré existentes.

PLATAFORMAS DE AUTOMAÇÃO. Até 2023, a plataforma-base de todas as iniciativas de automação de IT e negócios será um ecossistema *cloud* emergente para gestão de recursos e analítica em tempo real.

AQUISIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE IA. Até 2023, motivadas pela ambição de incorporar inteligência nos seus produtos e serviços, um quarto das empresas G2000 irão adquirir pelo menos uma *start-up* de *software* de IA para assegurar que dispõem dos talentos e propriedade intelectual necessários.

ECOSSISTEMA TIC. Até 2024, 80% das empresas irão repensar as suas relações com fornecedores, prestadores de serviços e parceiros de forma a melhor executar estratégias digitais para uma distribuição ubíqua de recursos e automação das operações de IT.

IT JUNTA-SE À ECONOMIA CIRCULAR. Até 2025, o uso de materiais reutilizáveis nas cadeias de fornecimento de *hardware* de IT, a implementação de metas de neutralidade carbónica e um menor consumo de energia serão pré-requisitos de negócio para 90% das empresas G2000 ao lidar com fornecedores e parceiros.

AS PESSOAS AINDA IMPORTAM. Até 2023, metade dos esforços das empresas para automação do negócio e construção de forças de trabalho híbridas serão atrasadas ou malsucedidas devido à falta de investimento na construção de equipas de IT, segurança e DevOps com as qualificações e ferramentas adequadas.

O mercado português *Contact Centres*

O sector português de *Contact Centres* é composto por 45 empresas e apresentou em 2020 um volume de negócios estimado à volta dos 845 milhões de euros.

Apesar da pandemia o sector apresentou uma taxa de crescimento estimado em 4,5%. Valor que apesar de inferior aos anos transatos, de 12% e 9,4% em 2018 e 2019 respetivamente, demonstra a resiliência e capacidade de adaptação das empresas do sector, mas também a importância crescente da atividade no modelo económico do país.

Embora apresente uma ligeira redução no crescimento, a DBK estima que no próximo biénio 2021/2022 o sector apresente já uma recuperação dos níveis de crescimento entre os 7% e os 10%. Este crescimento do sector deve-se em grande parte ao crescimento dos serviços de *nearshoring*, aproveitando as melhores condições oferecidas pelas empresas em Portugal.

A atratividade do mercado português promoveu o aparecimento de empresas de pequena dimensão, bem como a entrada de empresas multinacionais no mercado português. A sua estrutura empresarial apresenta, no entanto, uma grande concentração, com as 5 maiores empresas a deterem uma quota de mercado de 72% e as 10 maiores de 88%. Esta é uma realidade com tendência a agravar-se fruto de operações lideradas pelas empresas de maior tamanho.

A médio prazo, a aceleração da mudança dos hábitos da população decorrentes da pandemia Covid 19 abrem novas oportunidades para o sector. A este respeito DBK destaca o desenvolvimento do comércio eletrónico, a transformação digital da Administração Pública e do sector financeiro, assim como uma tendência crescente do teletrabalho e da formação não presencial, como os principais fatores que impulsionam esta alteração.

De acordo com a Associação Portuguesa de *Contact Centres*, continuamos a assistir a uma tendência crescente da estratégia de externalização da atividade embora esta tenha decaído ligeiramente de 78% para 73%. As razões associadas, continuam, no entanto, relacionadas com políticas de redução de custos e acesso a recursos com competências específicas. Desta política resulta igualmente uma concentração de operações relevantes em operadores especializados na gestão de recursos humanos, assumindo os clientes a componente de gestão e evolução dos processos de negócio.

Em termos geográficos as operações estão sobretudo concentradas na região de Lisboa (47,2%); Porto (12,3%); Castelo Branco (4,7%); e Évora (4,7%). Coimbra e Braga perderam desta forma importância no panorama geográfico português nas operações de *Contact Centre*.

A receção de chamadas constitui o principal motor de crescimento do sector. A faturação neste segmento representa mais de 70% do total do sector. A emissão de chamadas, por seu lado, representa cerca de 30% do total do sector, o que representa um crescimento de 10 pontos percentuais relativamente ao ano transato.

Por segmentos de atividade, de acordo com a Associação Portuguesa de *Contact Centres*, destacam-se os sectores de Telecomunicações, Media e Financeiro como os principais segmentos de procura a valerem 47% do total das receitas, seguidos dos Seguros e Retalho.

Os principais operadores vão continuar a ampliar a sua oferta de serviços. A oferta de soluções de maior valor acrescentado com novos serviços e tecnologias de suporte e o aumento da flexibilidade da oferta permitirão uma melhor adaptação às necessidades de cada cliente.

A expansão da oferta de serviços, a melhoria dos canais de comunicação alternativos, especialmente o *e-mail*, redes sociais e aplicações de mensagens instantâneas, e a incorporação de inovações tecnológicas com vista à melhoria da experiência do cliente, em linha com as previsões de tendência tecnológica, encontram-se entre as principais tendências que irão moldar a atividade das empresas do sector a curto e médio prazo.

2. Perspetiva Geral dos Negócios

Com uma forte presença nacional e internacional, a Reditus disponibiliza serviços e soluções em três áreas, *IT Consulting*, *IT Outsourcing* e BPO.

2.1. IT Consulting

A área de *IT Consulting* integra os segmentos de Desenvolvimento e Integração Aplicacional e *Staffing*.

Desenvolvimento e Integração Aplicacional

Em 2020, a Reditus reforçou a sua oferta nos segmentos da oferta de *IT Consulting* e *IT Outsourcing*, entendidas como aquelas com maior potencial de crescimento, face ao posicionamento da empresa no mercado e às perspectivas de negócio.

Os temas associados à transformação digital das organizações têm sido uma referência na estratégia das empresas e vão continuar a marcar as suas agendas de TI, de forma a dar resposta aos desafios críticos de negócio. A organização das actividades, o modelo de operação e o relacionamento com os clientes estão a sofrer mudanças fundamentais, motivando as empresas a uma adaptação imediata a esta nova realidade.

A transformação digital e as tecnologias da 3ª plataforma como a *Cloud*, *Mobile*, *Social*, *Big Data*, *IoT* (*Internet of Things*) continuam a estar no centro dos interesses e objetivos das organizações.

A adopção de metodologias *Agile* e de *plataformas low-code* tem sido privilegiada pela rapidez que introduzem no processo de desenvolvimento de software e na integração das empresas no mundo digital.

Durante o ano de 2020, na área de Desenvolvimento Aplicacional e Integração, foram reforçados o posicionamento e a visibilidade no mercado através do desenvolvimento de projectos em clientes de referência, com soluções de *Enterprise Content Management*, *Analytics*, *Customer Engagement*, *Business Solutions*, *Front-End Development* e *Back-End Integration*.

Neste exercício, sentiu-se um aumento da procura por este tipo de serviços com o objetivo de otimizar e flexibilizar os processos organizacionais e responder rapidamente às novas solicitações dos negócios.

Para 2021, a Reditus pretende apresentar uma oferta de soluções que permitam:

- Potenciar e reforçar as oportunidades de *cross selling* na oferta de serviços;
- Identificar oportunidades de upsell na base instalada por integração das ofertas;
- Apresentar oferta específica para entidades e operadores globais que possam potenciar essa oferta nos seus clientes;
- Reforçar a aposta no modelo de *nearshoring* com o desenvolvimento de soluções para clientes internacionais de referência;
- Fomentar a relação com parceiros que potenciem uma oferta transversal e na vanguarda tecnológica do desenvolvimento aplicacional.

Staffing

Os desafios impostos por uma economia global cada vez mais competitiva, exigem uma qualificação acrescida de competências tecnológicas. A escassez de recursos técnicos qualificados, por um lado, e a gestão orçamental, por outro, colocam desafios cada vez mais exigentes às Organizações. Por sua vez a integração numa organização de raiz tecnológica permite aos nossos consultores a participação em projectos de referência e a constante actualização tecnológica.

A Reditus tem vindo a colaborar no desenvolvimento de soluções diferenciadoras através do fornecimento de recursos altamente qualificados em regime de Outsourcing.

A continuação da aposta em parcerias permite uma capacidade de resposta aos desafios do mercado por forma a alavancar o crescimento num contexto de escassez de recursos e cada vez maior e salutar concorrência.

Em 2021 a Reditus irá manter a visão de especialização com vista a oferecer os melhores consultores e participar em projectos com o maior valor acrescentado para os seus Clientes.

2.2. IT Outsourcing

O segmento de Infraestruturas de TI da Reditus oferece ao mercado soluções compostas por serviços e projetos focados em infraestruturas de Tecnologias de Informação. Os serviços incluem a gestão, administração e suporte de plataformas tecnológicas, numa lógica de contrato de responsabilidade ou de *outsourcing* funcional. Em suma, pretende-se que os nossos Clientes usem a tecnologia focando-se nos seus negócios.

A aposta em contratos de suporte de Parceiros Internacionais continua a representar uma importante parte do crescimento da área, quer em número de projetos e Clientes, quer em *skills* que passam a integrar o Grupo.

Com o contexto de pandemia declarado no final do primeiro trimestre, o modelo de ação das equipas comerciais teve de ser adaptado, não só pela obrigação de contactos não presenciais, mas principalmente porque o foco de grande parte das organizações passou a ser de sobrevivência e não de melhoria e crescimento. O foco na base alargada de Clientes existente, bem como as

oportunidades em nichos de mercado permitiu ainda assim uma manutenção do crescimento desta área de negócio em 2020.

Nos domínios considerados como estratégicos, a Reditus irá manter a sua linha de atuação, nas várias linhas orientadoras, nomeadamente:

- Na qualidade dos serviços prestados;
- Na flexibilidade de adaptação aos vários desafios dos Clientes em diferentes sectores e mercados;
- Na gestão integrada dos seus recursos, reforçando a capacidade de resposta a picos de atividade dos Clientes;
- Na angariação projetos de média/grande dimensão nos serviços geridos, de forma a otimizar recursos e equipas;
- No desenvolvimento de oportunidades via parceiros internacionais;
- No reforço da relação com Fabricantes, Distribuidores e Concorrentes, para ter sempre a melhor solução para cada desafio dos Clientes;
- Na aposta nas formações e certificações.

2.3. BPO

A área de BPO da Reditus agrega as competências não tecnológicas do Grupo, nomeadamente de BPO, Contact Center e Staffing.

O ano de 2020 foi marcado pelos efeitos da pandemia pelo SARS-Cov-2, que no final do primeiro trimestre atingiu Portugal. Em três dias foram alterados processos, implementadas alterações nas infraestruturas de rede internas e atualização dos preceitos legais em conformidade com a legislação publicada quase diariamente. O foco da Reditus foi a proteção dos seus colaboradores, alinhando com os Clientes e parceiros as alterações necessárias à continuidade dos serviços.

Ao mesmo tempo o mundo acelerou os processos de digitalização da economia, criando oportunidades importantes num momento de grande desaceleração da economia.

Este movimento resultou num grande aumento dos volumes de atividade das operações de BPO, num ambiente de incerteza, ao qual a Reditus correspondeu com a sua reconhecida capacidade de adaptação e resposta aos desafios dos Clientes.

Para 2021 perspetivamos um aumento das oportunidades de crescimento, mas coincidentemente um aumento da concorrência de empresas nacionais e multinacionais. A já denominada “bazuca europeia” potenciará a realização de vários projetos estruturantes na Administração Pública de que a Reditus quer fazer parte. Em simultâneo a continuação do caminho de digitalização da economia também fora da esfera do Estado trará oportunidades de negócio em que a Reditus irá participar.

Para tal reorganizamos e simplificamos as nossas equipas de operações, integrámos novo Capital Humano, sempre focados na inovação, automação e eficiência operacional, para permitir a subida na cadeia de valor dos nossos Clientes e melhorar a rentabilidade das operações. Apostamos em novos modelos formativos para crescer o potencial das nossas Pessoas, para que consigamos acompanhar o crescimento dos negócios com o crescimento dos atuais e futuros colaboradores dentro da Organização.

3. Perspetivas para 2021

Plano de continuidade

As demonstrações financeiras consolidadas da Reditus, SGPS, SA, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites nos países de cada participada, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas na União Europeia.

A Administração considera que os seguintes aspectos constituem riscos à continuidade do Grupo:

- a) Atraso continuado no repatriamento de divisas do mercado africano, nomeadamente Angola, limitou nos últimos três exercícios a liquidez de tesouraria da Entidade e das empresas participadas, para o cumprimento atempado de alguma das suas obrigações (conforme nota 14 do anexo às contas consolidadas);
- b) O elevado nível de endividamento bancário o qual se encontra em processo de reestruturação avançado conforme descrito no paragrafo (i) infra das medidas do plano de reestruturação (conforme divulgado na nota 21 do anexo às contas consolidadas);
- c) O elevado endividamento ao Estado e Outros Entes Públicos, dos quais 70% cobertos por acordos prestacionais, cujo processo de reestruturação a médio e longo prazo (12,5 anos) encontra-se em curso (conforme divulgado na nota 22.1 do anexo às contas consolidadas), sendo que alguns dos mesmos não têm vindo a ser cumpridos. De referir ainda que o PER da Techinfor transitou em julgado em 18 de maio de 2021, permitindo um “haircut” de 80% dos juros vencidos relativamente aos credores públicos e de 82,5% da dívida desta subsidiária relativamente aos credores comuns, incluindo bancos e fornecedores;
- d) Contingências fiscais na ordem dos 4,9 milhões de euros adicionado de juros, apesar das mesmas se encontrarem nesta data reclamadas ou impugnadas e dos juros poderem vir a ser perdoados em 80% mediante mecanismos legais em vigor, conforme divulgado na nota 23 às contas;

Desta forma, a Administração, reconhece que a existência de uma incerteza sobre a continuidade e que está dependente do sucesso das medidas implementadas no plano de reestruturação estratégico desenvolvido. No entanto, a Administração tem-se empenhado na concretização do mesmo processo de reestruturação e por isso é sua convicção que as medidas implementadas irão permitir o equilíbrio financeiro da empresa. Existindo o risco eventual de a entidade não ser capaz de realizar os seus activos e liquidar os seus passivos no âmbito da actividade normal, entendemos que o desenvolvimento de todas as diligências para a implementação das medidas do plano de reestruturação infra indicado e o progresso já registado na concretização do mesmo, permitirão assegurar o seu cumprimento atempado. Assim e ainda que a esta data não esteja integralmente assegurada a obtenção de todos os recursos necessários à integral liquidação das obrigações do grupo, face à avaliação positiva do seu avanço, a esta data, do plano de reestruturação e dos resultados das medidas implementadas, consideramos poder alcançar o equilíbrio financeiro e obter os recursos necessários para prosseguir em continuidade.

Além disso, a Administração não tem conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos que pudessem determinar o uso de outro princípio para a apresentação das contas que não o da continuidade.

O plano de reestruturação estratégico atrás mencionado, tendente à revitalização e solidez da função financeira e equilíbrio dos fluxos de tesouraria, cuja concretização integral será materializada no decurso dos exercícios de 2021 e 2022, tem por base as seguintes medidas e vectores:

- (i) Reestruturação do passivo bancário do grupo, nomeadamente a dívida bancária com implementação de solução estruturante em curso, com base em acordos a 7 anos com redução significativa da dívida, “haircut” de 82,5%. Decorrem negociações avançadas para o remanescente da dívida, admitindo-se neste momento, um “haircut” médio de igual montante ou superior;
- (ii) Renegociação do passivo fiscal com implementação de acordos prestacionais a médio e longo prazo com base num período de 12,5 anos, ao abrigo dos mecanismos legais em vigor como sejam o mecanismo PER, o RERE e PERES. O remanescente encontra-se em processo de negociação para sua formalização;
- (iii) Reconversão e racionalização do parque imobiliário, transformando este parque em ativos de rendimento, e cuja concretização já está parcialmente satisfeita;
- (iv) Implementação de modelos financeiros que permitam assegurar o repatriamento de divisas do mercado internacional, nomeadamente quanto a clientes do sector público de países africanos como Angola, por via da linha protocolada entre Portugal – Angola para cobertura de riscos de exportações nacionais de bens, serviços e equipamentos com recurso ao seguro de crédito COSEC, cujo recebimento será assegurado em Portugal em euros, sendo que no muito curto prazo será recebido o montante de 5,376 milhões de euros. Consideramos que o valor remanescente em cerca de 50,0 milhões de euros será recebido durante os próximos dois exercícios, podendo ainda ser recebido um valor parcial do saldo global e adicional ao atrás referido durante o exercício de 2021, ainda que por prudência tenha sido apenas considerado no ativo corrente o valor atrás mencionado da primeira fatura a receber, em 5,376 milhões de euros;
- (v) Estabelecimento de contactos e negociação com investidores institucionais e investidores do sector do “*Information, Communications and Technology*”, com a expectativa que a mesma seja concretizada até ao final do ano de 2021;
- (vi) Negociação quanto ao recebimento em Portugal de divisas, maioritariamente em USD, nomeadamente quanto aos serviços prestados a clientes internacionais do sector do *Oil & Gas* que operam em Angola e que, entretanto, já se encontra concretizado;
- (vii) Redução de custos na estrutura central, com implementação em curso de medidas de racionalização tais como a renegociação das condições dos seguros do grupo, redução e adequação da frota, comunicações, instalações entre outras;
- (viii) Redução de custos de overheads, com implementação em curso de medidas de centralização de serviços e reestruturação da política de remunerações;
- (ix) Desenvolvimento de modelos de gestão com introdução de componentes de robotização e de inteligência artificial que permitam uma redução e racionalização de custos operacionais e melhoria de eficiência por via da implementação de procedimentos de melhoria contínua;
- (x) Intensificação do desenvolvimento, em função das atuais capacidades da empresa e da procura a si dirigida pelos seus principais clientes, e de ofertas mais sofisticadas nos produtos de segurança, *disaster recovery*, 3ª plataforma (*cloud*, mobilidade, *social business* e *big data*), virtualização e aceleradores de inovação (IoT – *Internet of Things*, Robótica, Impressão 3D);

- (xi) Foco na rentabilidade e na sustentabilidade das operações através monitorização e partilha constante dos resultados das operações, aliada à inovação nos processos e tecnologias de suporte *inhouse*;
- (xii) Modelo de dinamização de negócio para recuperação de *market share* em segmentos estratégicos e aumento do volume de negócios, com a angariação de novos clientes via parceiros internacionais.
- (xiii) Desenvolvimento de parcerias para implementação de modelo de negócio de “nearshoring” em países da Europa central e América Latina;

Apesar do progresso registado na implementação das medidas do plano de reestruturação estratégico, o ativo corrente ainda se apresenta, nesta data, inferior ao passivo corrente em cerca de 23,5 milhões de euros. No entanto, tal como referido no paragrafo (i) e (ii) supra do plano de reestruturação, encontram-se em fase avançada de concretização a reestruturação do saldo do passivo bancário e a renegociação do saldo do passivo fiscal.

Consideramos ainda que os saldos referentes aos clientes de Angola vão ser realizados durante os próximos dois exercícios.

4. Principais Indicadores Financeiros

A Reditus SGPS obteve em 2020 cerca de 6.752.945 de euros de Perdas imputados de subsidiárias, um EBITDA negativo de 6.847.616 euros e um Resultado Líquido negativo de 7.099.715 euros.

Verificando-se que a Sociedade não cumpre o estipulado no artigo 35 do Código das Sociedades Comerciais, a Administração irá propor na assembleia geral medidas adequadas para regularizar a situação em conformidade com a legislação.

5. Aplicação de Resultados

Tendo o exercício de 2020 encerrado com um resultado líquido negativo de 7.099.715,35 euros, o Conselho de Administração propõe que:

- O valor de 7.099.715,35 euros seja transferido para Resultados Transitados.

6. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Negócios com a Entidade

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeito do nº 2 da alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Durante o exercício não houve qualquer negócio entre a sociedade e seus administradores conforme disposto na nota 22 do anexo às contas.

A empresa não detém qualquer sucursal, tanto em território nacional como no estrangeiro.

Capital social

No exercício de 2018, após as deliberações tomadas em assembleia geral procedeu-se à redução do capital social de 73.193.455€ para 14.638.691€, no montante global de 58.554.764€, sendo o montante de 56.179.457€ para cobertura de prejuízos, o montante de 1.171.254€ para ajustamento do valor das ações próprias e o de 1.204.053€ para criação de reservas especiais, com a redução de 4,00€ no valor nominal de todas e cada uma das 14.638.691 de ações em que se divide o capital social, as quais passaram, assim, a ter um valor nominal de 1,00€.

Ações Próprias

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2020, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, não sendo a Empresa, detentora de qualquer ação própria.

Desde 2012 a Reditus SGPS detem em carteira 255.184 ações próprias, representativas de 1,743% do capital social, têm um valor nominal de 1,00 euro/cada.. Este número manteve-se inalterado no exercício de 2020.

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 45.000 euros para a Empresa Reditus SGPS individual e contas consolidadas.

7. Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício

Como factos relevantes ocorridos em 2021, até à data de emissão do presente relatório destacamos:

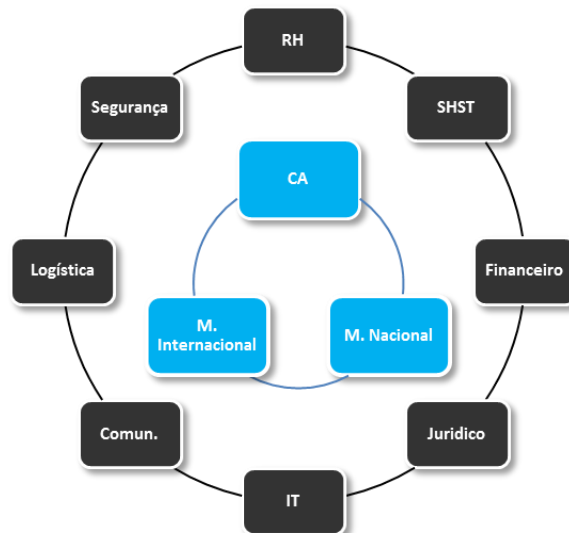
Covid-19

A propagação do vírus SARS-CoV-2, rapidamente atingiu proporções alarmantes provocando a pandemia de COVID-19.

O impacto na economia, no emprego e nas empresas é já muito significativo e a Reditus, embora seja das organizações menos afetadas, não é imune a este tipo de situações, principalmente se se prolongarem por muito tempo.

Desde o início de 2020 que a Reditus monitoriza a situação de muito perto, recorrendo à informação disponibilizada pelas entidades oficiais a nível nacional e internacional.

O Conselho de Administração constituiu um grupo de trabalho *ad hoc* multidisciplinar por si coordenado e que inclui os responsáveis dos mercados e de áreas de suporte (RH, SHST, Financeira, Jurídica, IT, Comunicação, Logística e Segurança) que reúne frequentemente (diariamente durante o período de um ano compreendido entre março de 2020 e março de 2021 e na presente data 3 vezes por semana) para poder avaliar os dados sobre o impacto da crise nas várias dimensões da organização (saúde das pessoas, operações, atividade comercial, desempenho económico e financeiro e estratégia a curto e médio prazo) e reagir coordenadamente.



Grupo Ad hoc para o Covid-19

Com a manutenção do risco de contaminação pelo vírus SARS-CoV-2 em Portugal e a propagação de novas estirpes, o Conselho de Administração mantém ativo o PCN (Plano de Continuidade do Negócio da Reditus), cujos cenários incluem, pelo menos desde a crise da Gripe A, o de pandemia.

O empréstimo do Banco Comercial Português que no final de 2020, ascendia a cerca de 19,2 milhões de euros, foi cedido a uma entidade terceira do sector financeiro, mediante a celebração de um “Credit Assignment Agreement” na data de 11 de janeiro de 2021.

Também, o empréstimo do Santander foi cedido a uma entidade terceira do sector financeiro, mediante a celebração de um Contrato de Compra e Venda de Créditos na data de 24 de junho de 2019, pelo montante de 1,3 milhões de euros.

Encontra-se em curso, uma negociação tendente à reestruturação destes passivos bancários com redução parcial e substancial da dívida, cujas diligências estão a ser desenvolvidas diretamente com as entidades gestoras dos referidos créditos, em conformidade com o plano estratégico descrito no princípio da continuidade dos negócios.

Assim, à data do presente relatório e não obstante o subsequente agravamento da pandemia no início de 2021, o Conselho de Administração considera que dispõe dos recursos e meios necessários para manter a atividade e que se mantém válido o pressuposto da continuidade das operações utilizado nas demonstrações financeiras agora apresentadas.

8. Declaração de Conformidade

De acordo com o disposto no artigo 245.º, n.º1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sociedade declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão, das contas anuais, da Certificação Legal de Contas e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do

passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação. Mais declaram que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

9. Agradecimentos

Salientamos a confiança depositada pelos Clientes nas sociedades do Grupo Reditus, o empenho dos nossos Colaboradores na prossecução dos objetivos a que nos propusemos, bem como o apoio qualificado do Conselho Fiscal, do Conselho de Estratégia, das Comissões Especializadas, dos Bancos, Auditores e dos outros parceiros de negócios, alicerçando a sustentabilidade do futuro do Grupo Reditus.

Alfragide, 19 de julho de 2021

O Conselho de Administração,

Eng. Francisco José Martins Santana Ramos - Presidente

Eng. José António da Costa Limão Gatta – Administrador

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos – Administrador

Dr. Hélder Filipe Ribeiro Matos Pereira – Administrador



20
20

PARTE II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REDITUS, SGPS, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 de dezembro 2020	31 de dezembro 2019
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	7.800	7.800
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	31.931.820	37.886.051
Ativos por impostos diferidos	8	1.973.115	1.973.115
Total do ativo não corrente		33.912.736	39.866.966
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	9	366.284	106.297
Estado e outros entes públicos	15	146.063	93.008
Outros créditos a receber	9	5.016.241	4.425.898
Diferimentos	10	6.401	3.009
Ativos financeiros detidos para negociação	11	4.353	7.166
Caixa e depósitos bancários	4	37	298
Total do ativo corrente		5.539.379	4.635.676
Total do ativo		39.452.115	44.502.642
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12	14.638.691	14.638.691
Ações (quotas) próprias	12	(255.183)	(255.183)
Prémios de emissão	12	9.952.762	9.952.762
Reservas legais	12	2.086.160	2.086.160
Outras reservas	12	2.726.322	2.726.322
Resultados transitados	12	(16.031.249)	(10.043.146)
Ajustamentos/Outras variações no Capital Próprio	12	736.347	(62.368)
Excedentes de revalorização		5.939	5.939
Resultado líquido do período		13.859.789	19.049.177
Total do capital próprio		6.760.074	13.061.074
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	13		1.022.678
Estado e outros entes públicos	15	3.744.181	
Total do passivo não corrente		3.744.181	1.022.678
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	569.315	466.112
Estado e outros entes públicos	15	2.109.948	4.489.256
Financiamentos obtidos	13	25.199.555	23.708.553
Outras dívidas a pagar	14	1.069.042	1.754.968
Total do passivo corrente		28.947.860	30.418.890
Total do passivo		32.692.041	31.441.568
Total do capital próprio e do passivo		39.452.115	44.502.642

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

REDITUS, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 de dezembro 2020	31 de dezembro 2019
Vendas e serviços prestados			
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	(6.752.945)	(5.417.467)
Fornecimentos e serviços externos	16	(144.498)	(216.401)
Gastos com o pessoal	17	(36.799)	(36.739)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	9.190	(7.500)
Outros rendimentos	18	82.989	93.721
Outros gastos	19	(5.553)	(28.013)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(6.847.616)	(5.612.399)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(6.847.616)	(5.612.399)
Juros e rendimentos similares obtidos	20	42.006	59.993
Juros e gastos similares suportados	20	(345.607)	(660.246)
Resultado antes de impostos		(7.151.217)	(6.212.653)
Imposto sobre o rendimento do período	8	51.501	224.550
Resultado líquido do período		(7.099.715)	(5.988.103)

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

REDITUS - SGPS, SA.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL NO PERÍODO 2020

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2020	12	14.638.691	(255.183)	9.952.762	2.086.160	2.726.322	(10.043.146)	(62.368)	5.939	(5.988.103)	13.061.074
Alterações no período:											
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício							(5.988.103)			5.988.103	-
Outras variações Capitais Próprios								798.715			798.714,57
		<u>14.638.691</u>	<u>(255.183)</u>	<u>9.952.762</u>	<u>2.086.160</u>	<u>2.726.322</u>	<u>(16.031.249)</u>	<u>736.347</u>	<u>5.939</u>	<u>-</u>	<u>13.859.789</u>
Resultado líquido do período										(7.099.715)	(7.099.715)
Resultado integral										(7.099.715)	6.760.074
Operações com detentores de capital no período											
Outras operações											
Posição no fim do período 2020		<u>14.638.691</u>	<u>(255.183)</u>	<u>9.952.762</u>	<u>2.086.160</u>	<u>2.726.322</u>	<u>(16.031.249)</u>	<u>736.347</u>	<u>5.939</u>	<u>(7.099.715)</u>	<u>6.760.074</u>

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

REDITUS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL NO PERÍODO 2019

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2019	12	14.638.691	(255.183)	9.952.762	2.086.160	2.726.322	(1.218.806)	(104.912)	5.939	(8.824.339)	19.006.634
Alterações no período:											
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício							(8.824.339)			8.824.339	-
Outras variações Capitais Próprios								42.544			42.543,75
		<u>14.638.691</u>	<u>(255.183)</u>	<u>9.952.762</u>	<u>2.086.160</u>	<u>2.726.322</u>	<u>(10.043.146)</u>	<u>(62.368)</u>	<u>5.939</u>	<u>-</u>	<u>19.049.177</u>
Resultado líquido do período										(5.988.103)	(5.988.103)
Resultado integral										(5.988.103)	13.061.074
Operações com detentores de capital no período											
Outras operações											
Posição no fim do período 2019		<u>14.638.691</u>	<u>(255.183)</u>	<u>9.952.762</u>	<u>2.086.160</u>	<u>2.726.322</u>	<u>(10.043.146)</u>	<u>(62.368)</u>	<u>5.939</u>	<u>(5.988.103)</u>	<u>13.061.074</u>

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

REDITUS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		48.436	139.474
Pagamentos a fornecedores		(258.452)	(288.358)
Pagamentos ao pessoal		(17.530)	(11.090)
		<u> </u>	<u> </u>
Caixa gerada pelas operações		(227.546)	(159.974)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos / pagamentos		(38.399)	(612.693)
		<u> </u>	<u> </u>
Fluxos das atividades operacionais [1]		<u>(265.945)</u>	<u>(772.667)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
		<u> </u>	<u> </u>
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Juros e rendimentos similares		-	71
Dividendos		-	-
		<u> </u>	<u> </u>
Fluxos das atividades de investimento [2]		<u>-</u>	<u>71</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Financiamentos obtidos Grupo		423.910	5.228.721
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		<u> </u>	<u> </u>
Fluxos das atividades de financiamento [3]		<u>423.910</u>	<u>5.228.721</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Financiamentos obtidos Grupo		(134.926)	(3.844.726)
Juros e gastos similares		(20.632)	(225.976)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		<u> </u>	<u> </u>
Fluxos das atividades de financiamento [3]		<u>268.352</u>	<u>1.158.019</u>
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		2.406	385.422
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	(13.625)	(399.048)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	(11.219)	(13.625)

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em euros)

1 Nota Introdutória

A REDITUS Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é uma sociedade anónima, constituída em 1966 e com sede social em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro nº 125 loja 2 1050-052.

As demonstrações financeiras e as notas anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 19 de julho de 2021. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As presentes demonstrações financeiras referem-se à atividade da Empresa a nível individual e foram elaboradas para aprovação e publicação nos termos do normativo legal em vigor. Contudo, a Empresa também preparou demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro adotadas pela UE, para publicação em separado nos termos da legislação em vigor

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais da Reditus, SGPS, SA, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites nos países de cada participada, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas na União Europeia.

A Administração considera que os seguintes aspectos constituem riscos à continuidade do Grupo:

- a) Atraso continuado no repatriamento de divisas do mercado africano, nomeadamente Angola, limitou nos últimos três exercícios a liquidez de tesouraria da Entidade e das empresas participadas, para o cumprimento atempado de alguma das suas obrigações (conforme nota 14 do anexo às contas consolidadas);
- b) O elevado nível de endividamento bancário o qual se encontra em processo de reestruturação avançado conforme descrito no parágrafo (i) infra das medidas do plano de reestruturação (conforme divulgado na nota 21 do anexo às contas consolidadas consolidadas);
- c) O elevado endividamento ao Estado e Outros Entes Públicos, dos quais 70% cobertos por acordos prestacionais, cujo processo de reestruturação a médio e longo prazo (12,5 anos) encontra-se em curso (conforme divulgado na nota 22.1 do anexo às contas consolidadas)

consolidadas), sendo que alguns dos mesmos não têm vindo a ser cumpridos. De referir ainda que o PER da Techinfor transitou em julgado em 18 de maio de 2021, permitindo um “haircut” de 80% dos juros vencidos relativamente aos credores públicos e de 82,5% da dívida desta subsidiária relativamente aos credores comuns, incluindo bancos e fornecedores;

- d) Contingências fiscais na ordem dos 4,9 milhões de euros adicionado de juros, apesar das mesmas se encontrarem nesta data reclamadas ou impugnadas e dos juros poderem vir a ser perdoados em 80% mediante mecanismos legais em vigor, conforme divulgado na nota 23 às contas;

Desta forma, a Administração, reconhece que a existência de uma incerteza sobre a continuidade e que está dependente do sucesso das medidas implementadas no plano de reestruturação estratégico desenvolvido. No entanto, a Administração tem-se empenhado na concretização do mesmo processo de reestruturação e por isso é sua convicção que as medidas implementadas irão permitir o equilíbrio financeiro da empresa. Existindo o risco eventual de a entidade não ser capaz de realizar os seus activos e liquidar os seus passivos no âmbito da actividade normal, entendemos que o desenvolvimento de todas as diligências para a implementação das medidas do plano de reestruturação infra indicado e o progresso já registado na concretização do mesmo, permitirão assegurar o seu cumprimento atempado. Assim e ainda que a esta data não esteja integralmente assegurada a obtenção de todos os recursos necessários à integral liquidação das obrigações do grupo, face à avaliação positiva do seu avanço, a esta data, do plano de reestruturação e dos resultados das medidas implementadas, consideramos poder alcançar o equilíbrio financeiro e obter os recursos necessários para prosseguir em continuidade.

Além disso, a Administração não tem conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos que pudessem determinar o uso de outro princípio para a apresentação das contas que não o da continuidade.

O plano de reestruturação estratégico atrás mencionado, tendente à revitalização e solidez da função financeira e equilíbrio dos fluxos de tesouraria, cuja concretização integral será materializada no decurso dos exercícios de 2021 e 2022, tem por base as seguintes medidas e vectores:

- (i) Reestruturação do passivo bancário do grupo, nomeadamente a dívida bancária com implementação de solução estruturante em curso, com base em acordos a 7 anos com redução significativa da dívida, “haircut” de 82,5%. Decorrem negociações avançadas para o remanescente da dívida, admitindo-se neste momento, um “haircut” médio de igual montante ou superior;
- (ii) Renegociação do passivo fiscal com implementação de acordos prestacionais a médio e longo prazo com base num período de 12,5 anos, ao abrigo dos mecanismos legais em vigor como sejam o mecanismo PER, o RERE e PERES. O remanescente encontra-se em processo de negociação para sua formalização;
- (iii) Reconversão e racionalização do parque imobiliário, transformando este parque em ativos de rendimento, e cuja concretização já está parcialmente satisfeita;
- (iv) Implementação de modelos financeiros que permitam assegurar o repatriamento de divisas do mercado internacional, nomeadamente quanto a clientes do sector público de países africanos como Angola, por via da linha protocolada entre Portugal – Angola para cobertura de riscos de exportações nacionais de bens, serviços e equipamentos com recurso ao seguro de crédito COSEC, cujo recebimento será assegurado em Portugal em euros, sendo que no

muito curto prazo será recebido o montante de 5,376 milhões de euros. Consideramos que o valor remanescente em cerca de 50,0 milhões de euros será recebido durante os próximos dois exercícios, podendo ainda ser recebido um valor parcial do saldo global e adicional ao atrás referido durante o exercício de 2021, ainda que por prudência tenha sido apenas considerado no ativo corrente o valor atrás mencionado da primeira fatura a receber, em 5,376 milhões de euros;

- (v) Estabelecimento de contactos e negociação com investidores institucionais e investidores do sector do “*Information, Communications and Technology*”, com a expectativa que a mesma seja concretizada até ao final do ano de 2021;
- (vi) Negociação quanto ao recebimento em Portugal de divisas, maioritariamente em USD, nomeadamente quanto aos serviços prestados a clientes internacionais do sector do *Oil & Gas* que operam em Angola e que, entretanto, já se encontra concretizado;
- (vii) Redução de custos na estrutura central, com implementação em curso de medidas de racionalização tais como a renegociação das condições dos seguros do grupo, redução e adequação da frota, comunicações, instalações entre outras;
- (viii) Redução de custos de overheads, com implementação em curso de medidas de centralização de serviços e reestruturação da política de remunerações;
- (ix) Desenvolvimento de modelos de gestão com introdução de componentes de robotização e de inteligência artificial que permitam uma redução e racionalização de custos operacionais e melhoria de eficiência por via da implementação de procedimentos de melhoria contínua;
- (x) Intensificação do desenvolvimento, em função das atuais capacidades da empresa e da procura a si dirigida pelos seus principais clientes, e de ofertas mais sofisticadas nos produtos de segurança, *disaster recovery*, 3ª plataforma (*cloud*, mobilidade, *social business* e *big data*), virtualização e aceleradores de inovação (IoT – *Internet of Things*, Robótica, Impressão 3D);
- (xi) Foco na rentabilidade e na sustentabilidade das operações através monitorização e partilha constante dos resultados das operações, aliada à inovação nos processos e tecnologias de suporte *inhouse*;
- (xii) Modelo de dinamização de negócio para recuperação de *market share* em segmentos estratégicos e aumento do volume de negócios, com a angariação de novos clientes via parceiros internacionais.
- (xiii) Desenvolvimento de parcerias para implementação de modelo de negócio de “nearshoring” em países da Europa central e América Latina;

Apesar do progresso registado na implementação das medidas do plano de reestruturação estratégico, o ativo corrente ainda se apresenta, nesta data, inferior ao passivo corrente em cerca de 23,5 milhões de euros. No entanto, tal como referido no paragrafo (i) e (ii) supra do plano de reestruturação, encontram-se em fase avançada de concretização a reestruturação do saldo do passivo bancário e a renegociação do saldo do passivo fiscal.

Consideramos ainda que os saldos referentes aos clientes de Angola vão ser realizados durante os próximos dois exercícios.

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o conjunto das normas contabilísticas de relato financeiro (NCRF), previstas pelo sistema de normalização contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Portaria nº 220/2015, de 24 de julho (Modelo das demonstrações financeiras);
- Portaria nº 2018/2015, de 23 de julho (Código de contas);
- Aviso nº 8256/2015, de 29 de julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso nº 8258/2015, de 29 de julho (Normas interpretativas).

A Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e as respetivas interpretações (“SIC/IFRIC”) do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Nos períodos de 2020 e de 2019 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

3.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras e as notas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de ativos:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-6
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	10-20

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

As mais ou menos valias decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.3 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis, compreendem essencialmente despesas com patentes, software (sempre que este é separável do hardware e esteja associado a projetos em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros), licenças e outros direitos de uso. Também incluem as despesas de desenvolvimento dos projetos de I&D sempre que se demonstre a intenção e a capacidade técnica para completar esse desenvolvimento, a fim de o mesmo estar disponível para comercialização ou uso. As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada.

As mais ou menos valias resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.4 Imparidade de Ativos Tangíveis e Intangíveis, Exceto Goodwill

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de “Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/reversões)”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

3.5 Participações Financeiras

As participações financeiras nas quais a Empresa tem controlo ou que controla conjuntamente com outras entidades, são registadas no balanço em “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”, pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das Empresas subsidiárias, conjuntamente controladas ou associadas por contrapartida de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Ajustamentos/ outras variações no Capital Próprio”. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Anualmente ou quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é realizada uma avaliação e as perdas por imparidade que se demonstre existir, são registadas como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas.

Os resultados das participadas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração de resultados por naturezas desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

Quando as perdas em Empresas subsidiárias ou associados excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão.

Os dividendos recebidos de Empresas subsidiárias e associadas são registados como uma diminuição do valor das “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”.

3.6 Instrumentos Financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outros créditos a receber e, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/ quotas da Empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem contas a receber por serviços prestados pela Empresa. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

Os outros créditos a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelos respetivos valores nominais, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade dos créditos a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os outros créditos a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e seus equivalentes” é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados ao custo ou ao custo amortizado. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. São expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As outras dívidas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As outras dívidas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a Empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

3.7 Resultados por Ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

3.8 Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia-geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

3.9 Provisões e Passivos Contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de “Juros e gastos similares suportados”, quando aplicável.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

3.10 Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus

termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação.

3.11 Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços e juros decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/ transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

O rédito relativo à prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que as condições do seu reconhecimento, acima enumeradas, sejam satisfeitas e a fase de acabamento da transação/ serviço possa ser razoavelmente estimada.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.12 Impostos

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas

serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.13 Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registados por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos” relevados nas rubricas de balanço de “Outros créditos a receber” e “Outras dívidas a pagar”, respetivamente. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos” do passivo e do ativo, respetivamente.

3.14 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizadas julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

(ii) Imparidade de clientes e outros créditos a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outros créditos a receber.

(iii) Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

(iv) Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

3.15 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe de caixa e seus equivalentes apresenta a seguinte decomposição:

	2020	2019
Numerário		
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	37	298
	37	298
Descobertos bancários (Nota 14)	(11.257)	(13.923)
Caixa e seus equivalentes (Demonstração Fluxos Caixa)	(11.219)	(13.625)

5 Ativos Fixos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2020							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial			15.961	323.602	322.446	3.135		665.143
Aquisições								
Alienações								-
Outras variações								
Saldo final			15.961	323.602	322.446	3.135		665.143
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial			15.961	323.602	317.046	735		657.343
Depreciações do exercício								
Alienações								-
Abates								
Outras variações								
Saldo final			15.961	323.602	317.046	735		657.343
Ativos líquidos					5.400	2.400		7.800

	2019							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial			15.961	323.602	322.446	3.135		665.143
Aquisições								
Alienações								-
Outras variações								
Saldo final			15.961	323.602	322.446	3.135		665.143
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial			15.961	323.602	317.046	735		657.343
Depreciações do exercício								
Alienações								-
Abates								
Outras variações								
Saldo final			15.961	323.602	317.046	735		657.343
Ativos líquidos					5.400	2.400		7.800

Os ativos fixos tangíveis que permanecem com valor líquido positivo respeitam a obras de arte, as quais não sofrem depreciação.

6 Locações

Locações operacionais:

Os gastos ocorridos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são detalhados conforme segue:

	Gasto do período	
	2020	2019
Pagamentos mínimos	20.287	33.771
	<u>20.287</u>	<u>33.771</u>

7 Participações Financeiras

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

	Sede	2020							
		Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Empresas subsidiárias:									
Reditus Imobiliária	Lisboa	8.562.426	6.726.890	1.835.536	191.938	(73.035)	100%	(73.035)	1.835.536
Reditus Gestão a)	Lisboa	86.139.696	55.523.324	27.616.372	1.583.553	(7.161.387)	100%	(7.161.387)	27.616.372
Tora	Lisboa	6.734.221	4.254.310	2.479.912	915.460	481.477	100%	481.477	2.479.912
								<u>(6.752.945)</u>	<u>31.931.820</u>

	Sede	2019							
		Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Empresas subsidiárias:									
Reditus Imobiliária	Lisboa	7.515.719	6.440.343	1.075.376	188.688	(176.146)	100%	(176.146)	1.075.376
Reditus Gestão	Lisboa	91.497.351	53.685.110	34.812.241	2.008.214	(6.219.197)	100%	(6.219.197)	34.812.241
Tora	Lisboa	6.337.003	4.338.568	1.998.434	1.561.390	977.877	100%	977.877	1.998.434
								<u>(5.417.467)</u>	<u>37.886.051</u>

- a) A 31 de dezembro de 2020, a participada Reditus Gestão tem registado um Goodwill de 30.186.273 euros, e a 31 de dezembro de 2019 de 36.223.527 euros.

Os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, foram consideradas as demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019.

8 Impostos Sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das

circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 dezembro de 2020 e 2019 é detalhado conforme segue:

RECONCILIAÇÃO IMPOSTO CORRENTE		
	2020	2019
Resultado antes de impostos	(7.151.217)	(6.212.653)
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa	(1.501.755)	(1.304.657)
Diferenças permanentes:		
Tributação autónoma	3.444	11.572
Outros	28.692	(69.132)
Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	1.418.119	1.137.668
	(51.501)	(224.549)
Ajustamentos relativos ao imposto de períodos anteriores		
Gasto com impostos sobre o rendimento	(51.501)	(224.549)

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	2020		2019	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Prejuízos fiscais reportáveis	1.689.811		1.689.811	
Outros	283.304	-	283.304	-
Saldo final	1.973.115		1.973.115	

Ano de Prejuízo Fiscal	Ano Limite para Dedução	Valor do Prejuízo por utilizar	Valor da Dedução
2016	2028	1.330.126	278.073
2017	2029	1.948.662	437.792
2018	2030	4.780.378	871.293
2019	2031	488.823	102.653
		8.547.989	1.689.811

9 Ativos Financeiros

Cientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os créditos a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2020			2019		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Clientes a)	371.174	(4.890)	366.284	120.377	(14.079)	106.297
	<u>371.174</u>	<u>(4.890)</u>	<u>366.284</u>	<u>120.377</u>	<u>(14.079)</u>	<u>106.297</u>
Outros créditos a receber						
Pessoal b)	1.792.176	(1.774.188)	17.988	1.792.194	(1.774.188)	18.006
Deved. Poracréc. Rendimentos c)	42.005		42.005	252.100		252.100
Devedores Grupo	4.184.554		4.184.554	4.002.548		4.002.548
Outros Devedores	771.695		771.695	153.244		153.244
	<u>6.790.429</u>	<u>(1.774.188)</u>	<u>5.016.241</u>	<u>6.200.086</u>	<u>(1.774.188)</u>	<u>4.425.898</u>
	<u>7.161.603</u>	<u>(1.779.078)</u>	<u>5.382.525</u>	<u>6.320.463</u>	<u>(1.788.267)</u>	<u>4.532.196</u>

- Os saldos de clientes respeitam essencialmente a valores a receber das Empresas do Grupo Reditus, tendo em 2020 havido uma reversão das imparidades de clientes, no montante de 9.190 euros;
- Em 2014, a Empresa procedeu ao reforço da imparidade de valores a receber do pessoal, para fazer face a eventuais perdas decorrentes de saldos não recuperáveis;
- Os devedores por acréscimo de rendimentos referem-se aos management fees de anos anteriores, assim como a juros a serem faturados em 2021 a Empresas do Grupo;

10 Diferimentos

Diferimentos ativos

O valor dos diferimentos em 2020 e 2019 respeita a gastos diferidos com seguros faturados pelas seguradoras.

	2020	2019
Gastos a reconhecer	6.401	3.009
	<u>6.401</u>	<u>3.009</u>

11 Ativos Financeiros Detidos para Negociação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Acções Millenniumbcp	1.577.846	1.577.846
Imparidade	(1.573.493)	(1.570.680)
	<u>4.353</u>	<u>7.166</u>

As 35.333 ações detidas do BCP encontram-se valorizadas ao justo valor de 0,1232 euros.

12 Instrumentos de Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2020	2019
Capital		
Valor nominal	14.638.691	14.638.691
Reservas Legais	2.086.160	2.086.160
Outras Reservas	2.726.322	2.726.322
Resultados Transitados	(16.031.249)	(10.043.145)
Ajustamentos ativos financeiros	736.347	(62.368)
Excedentes de revalorização	5.939	5.939
Ações/quotas próprias	(255.183)	(255.183)
Prémios / descontos	9.952.762	9.952.762
Resultado líquido do período	(7.099.715)	(5.988.103)
	6.760.074	13.061.075

Capital social

No exercício de 2018, após as deliberações tomadas em assembleia geral procedeu-se à redução do capital social de 73.193.455€ para 14.638.691€, no montante global de 58.554.764€, sendo o montante de 56.179.457€ para cobertura de prejuízos, o montante de 1.171.254€ para ajustamento do valor das ações próprias e o de 1.204.053€ para criação de reservas especiais, com a redução de 4,00€ no valor nominal de todas e cada uma das 14.638.691 de ações em que se divide o capital social, as quais passaram, assim, a ter um valor nominal de 1,00€.

Ações Próprias

Em 31 de dezembro de 2020, a Reditus SGPS detinha em carteira 255.184 ações próprias, representativas de 1,74% do capital social.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 31 de dezembro de 2020 a reserva legal ascendia a 2.086.160 €.

Ajustamento de ativos financeiros

A variação dos ajustamentos de ativos financeiros decorre nas variações dos capitais próprios das participadas.

Prémios de emissão

Os prémios de emissão a 31 de dezembro de 2020 ascendiam a 9.952.762 euros.

Verificando-se que a Sociedade não cumpre o estipulado no artigo 35 do Código das Sociedades Comerciais, a Administração irá propor na assembleia geral medidas adequadas para regularizar a situação em conformidade com a legislação.

13 Passivos Financeiros

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as rubricas de “fornecedores” e de “outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	2020	2019
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	549.355	386.158
Fornecedores, títulos a pagar	19.960	79.954
	<u>569.315</u>	<u>466.112</u>

Encontra-se em curso uma renegociação global do passivo, incluindo as dívidas a fornecedores, em conformidade com o plano da continuidade dos negócios.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são detalhados conforme segue:

	2020		2019	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:				
Empréstimos bancários:				
Instituições de Crédito	20.274.073		20.571.580	1.022.678
Outros empréstimos a)	1.320.185			
	<u>21.594.258</u>	<u>0</u>	<u>20.571.580</u>	<u>1.022.678</u>
Outros empréstimos obtidos:				
Descobertos bancários	11.257		13.923	
	<u>11.257</u>	<u>-</u>	<u>13.923</u>	<u>-</u>
Total instituições financeiras	<u>21.605.515</u>	<u>0</u>	<u>20.585.503</u>	<u>1.022.678</u>
Outros empréstimos obtidos:				
Techinfor	840.102		869.316	
Reditus CIS			5.998	
Solidnetworks	220.532			
Reditus Consulting	886.173		756.104	
RBP	1.407.771		1.393.030	
JobValue	239.462		98.602	
Total outras entidades	<u>3.594.040</u>	<u>0</u>	<u>3.123.050</u>	<u>0</u>
	<u>25.199.555</u>	<u>0</u>	<u>23.708.553</u>	<u>1.022.678</u>

a) O empréstimo do Santander foi cedido a uma entidade terceira do sector financeiro, mediante a celebração de um Contrato de Compra e Venda de Créditos na data de 24 de junho de 2019, pelo montante de 1,3 milhões de euros.

Encontra-se em curso, uma negociação tendente à reestruturação destes passivos bancários com redução parcial e substancial da dívida, cujas diligências estão a ser desenvolvidas diretamente com as entidades gestoras dos referidos créditos, em conformidade com o plano estratégico descrito no princípio da continuidade dos negócios.

Os empréstimos com garantias existentes em 31 de dezembro de 2020 são:

- Empréstimo no Millenniumbcp com o valor em dívida de 19.170.000 euros, o qual tem como garantia o penhor de 502.747 ações, atualmente convertidas para 35.333 ações do Millenniumbcp e o penhor de 10.900.000 ações da Reditus Gestão;
- O empréstimo do Novo Banco de 1.104.073 euros é uma conta de médio longo prazo, tem como garantia uma penhora de 4º grau, 104.428 ações da Reditus SGPS e 100.000 ações da Reditus Gestão, com uma taxa de juro de 2,75%, que possui uma cláusula que permite ao banco solicitar o reembolso antecipado total ou parcial caso exista por parte dos acionistas Miguel Paes do Amaral, Fernando Manuel Cardoso Malheiro Fonseca Santos, António Maria Mello Silva César Menezes, José António Limão Costa Gatta, transmissão de participações representativas do capital do grupo superiores a 5% das detidas por cada um deles.

Responsabilidade solidária da Reditus SGPS em financiamentos:

- Em 31 de dezembro de 2020, a Reditus SGPS, era solidariamente responsável em três financiamentos contraídos juntos do Novo banco, pelas Sociedades a All2it Infocomunicações SA, Partblack, SA e Reditus Gestão, SA que à data ascendiam aos montantes de 986.000€, 290.862€ e 5.586.720€, respetivamente;
- Adicionalmente era mantida responsabilidade solidária com a Reditus Gestão nos financiamentos que esta tem junto da Caixa Central de Credito Mutuo, no ABanca, na Caixa Económica Montepio Geral e na Parvalorém, nos montantes de 875.000€, 277.177€, 4.482.866€ e 86.102€, respetivamente.

14 Adiantamento A Fornecedores E Outras Dívidas A Pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas “Adiantamentos a fornecedores”, “Outras dívidas a pagar” e “Dívidas a pessoal” apresentavam a seguinte composição:

	2020	2019
Corrente		
Credores por acréscimos de gastos	894.674	813.294
Valores de pessoal a)	129.215	123.875
Outros credores	45.153	817.799
	<u>1.069.042</u>	<u>1.754.968</u>
	<u>1.069.042</u>	<u>1.754.968</u>

- a) Referem-se a valores a pagar de períodos anteriores a colaboradores e órgãos sociais, estando em curso a implementação de uma plataforma de acordo.

15 Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2020		2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Não corrente				
Prestacionais		3.744.181		0
		<u>3.744.181</u>		<u>0</u>
Corrente:				
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta / pagamento especial por conta				
Estimativa de imposto				
Retenção na Fonte	146.063	43.784	92.989	4.789
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		685.316		1.062.965
Imposto sobre o valor acrescentado		226.497	19	199.731
Contribuições para a Segurança Social		113.156		218.863
Prestacional (misto)		1.041.195		3.002.907
	<u>146.063</u>	<u>2.109.948</u>	<u>93.008</u>	<u>4.489.256</u>

Encontra-se em curso uma renegociação global do passivo, nomeadamente a reestruturação do passivo fiscal em conformidade com o expresso no relatório de gestão, o princípio da continuidade.

As dívidas dos IRC de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 foram revertidas pelo mecanismo de solidariedade para as empresas Reditus Consulting e SolidNetworks.

Não obstante as empresas Techinfor, SA e GTO, SA integrarem o consolidado do Grupo, o seu imposto não foi reportado para a mãe, tendo o mesmo sido contabilizado na própria empresa, porque no decorrer dos exercícios de 2019 e 2020 respetivamente, as empresas recorreram a um mecanismo legal de revitalização (Processo Especial de Revitalização). As dívidas em mora e contingências encontram-se divulgadas nas notas 22 e 23.

16 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhada conforme segue:

	2020	2019
Trabalhos especializados	71.873	105.118
Rendas e alugueres	20.287	33.771
Outros	4.904	5.569
Seguros	22.440	25.265
Água, eletricidade e combustíveis	5.660	19.656
Deslocações, estadas e transportes	9.230	14.456
Comunicação	7.258	8.262
Conservação e Reparação	2.845	4.303
	<u>144.498</u>	<u>216.401</u>

17 Gastos com o Pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhada conforme segue:

	2020	2019
Remunerações do pessoal	29.781	29.781
Encargos sobre remunerações	6.799	6.799
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	80	108
Outros	139	52
	<u>36.799</u>	<u>36.739</u>

O número de trabalhadores a 31 de dezembro de 2020 e 2019 eram de dois colaboradores.

18 Outros Rendimentos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é conforme segue:

	2020	2019
Rendimentos suplementares	2.103	32.721
Alienação ativos	0	0
Outros	80.886	61.000
	<u>82.989</u>	<u>93.721</u>

19 Outros Gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos ” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é conforme segue:

	2020	2019
Impostos	2.253	12.773
Correções de exercícios anteriores		10.555
Gastos e perdas em ativos financeiros	2.813	2.442
Outros	488	2.244
	<u>5.553</u>	<u>28.013</u>

20 Juros e Outros Rendimentos e Gastos Similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são conforme segue:

	2020		2019	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	303.874		641.377	
Mora e compensatórios	20.598		5.555	
Outros financiamentos	43	324.515	129	647.061
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos				
Outros gastos de financiamento	21.092	21.092	13.185	13.185
		<u>345.607</u>		<u>660.246</u>

Em 2020, não foram considerados os juros suportados referente a Financiamentos Bancários do Millennium BCP, porque foi vendido uma carteira de créditos, onde estava englobado o crédito que detinha sobre a Reditus SGPS (Nota 24).

Os proveitos e ganhos inerentes a juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são detalhados conforme segue:

	2020		2019	
Juros obtidos				
Outras aplicações em meios financeiros líquidos			1.569	
Financiamentos concedidos a subsidiárias	42.006	42.006	58.424	59.993
		<u>42.006</u>		<u>59.993</u>

21 Partes Relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2020:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas ativos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos	Proveitos Suplementares
Empresa-mãe									
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa									
Subsidiárias									
Associadas			4.594	53.124				42.006	2.103
Interesses em empreendimentos conjuntos									
Pessoal chave da gestão									
Outras partes relacionadas									
			<u>4.594</u>	<u>53.124</u>				<u>42.006</u>	<u>2.103</u>

2019:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas ativos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos	Proveitos Suplementares
Empresa-mãe									
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa									
Subsidiárias									
Associadas			5.009	35.406				58.424	32.721
Interesses em empreendimentos conjuntos									
Pessoal chave da gestão									
Outras partes relacionadas									
			<u>5.009</u>	<u>35.406</u>				<u>58.424</u>	<u>32.721</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2020:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe							
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa							
Subsidiárias							
Associadas	357.096			357.096	81.237		81.237
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Pessoal chave da gestão							
Outras partes relacionadas							
	357.096			357.096	81.237		81.237

2019:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe							
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa							
Subsidiárias							
Associadas	98.497			98.497	33.522		33.522
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Pessoal chave da gestão							
Outras partes relacionadas							
	98.497			98.497	33.522		33.522

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa apresentava os seguintes empréstimos obtidos e concedidos a partes relacionadas:

2020:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa						
Subsidiárias						
Associadas	3.594.040		3.594.040	4.184.554		4.184.554
Interesses em empreendimentos conjuntos						
Pessoal chave da gestão						
Outras partes relacionadas						
	3.594.040		3.594.040	4.184.554		4.184.554

2019:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa						
Subsidiárias						
Associadas	3.123.050		3.123.050	4.002.548		4.002.548
Interesses em empreendimentos conjuntos						
Pessoal chave da gestão						
Outras partes relacionadas						
	3.123.050		3.123.050	4.002.548		4.002.548

22 Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 45.000 euros para a Empresa Reditus SGPS individual e contas consolidadas.

Negócios com a Entidade

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeito do nº 2 da alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A empresa não detém qualquer sucursal, tanto em território nacional como no estrangeiro.

Ações Próprias

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2020, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, não sendo a Empresa, detentora de qualquer ação própria.

Dívidas em Mora

Dando cumprimento ao estipulado no Art.º 210 da Lei nº 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo) e nos termos do Decreto-lei 534/80, de 7 de Novembro, a Administração informa que a sociedade apresenta as seguintes dívidas à Autoridade Tributária e ao IGFSS:

	2020	2019
IGFSS	215.309	218.042
Direcção Geral dos Impostos	5.636.513	4.270.083
	<u>5.851.823</u>	<u>4.488.125</u>

Estão aprovados planos prestacionais pela Autoridade Tributária e pela IGFSS, que estão a ser cumpridos, nos montantes de 4.207.041€ e 215.309€ respetivamente.

23 Contingências

A Empresa foi notificada para proceder a correções em sede de IRC no montante em cerca de 4,9 milhões de euros adicionado de juros e custas (cerca de 2,5 milhões de euros), com referência aos anos de 2005 a 2007 (cerca de 2,4 milhões de euros) e aos anos de 2013 a 2015 (cerca de 2,3 milhões de euros), assim como a uma correção de IRC 2019, adicionado de coimas de IVA e IRC (cerca de 0,2 milhões euros). Sendo contudo convicção da administração que os juros e custas não são devidos tendo em consideração as impugnações descritas e o processo de reestruturação do grupo que se encontra em curso:

- (i) A liquidação de IRC referente a 2004 não envolve imposto a pagar, refletindo-se em correções dos exercícios posteriores. A Empresa aguarda o desfecho da impugnação judicial que apresentou relativamente à liquidação de 2005, na parte em que não lhe foi dada razão em sede do recurso hierárquico. Os recursos hierárquicos que a Empresa apresentou, relativamente às liquidações referentes aos exercícios de 2006 e 2007, foram parcialmente deferidos, sendo que a única questão que se mantém em relação a estes dois exercícios se prende com o reporte de

prejuízos de exercícios anteriores, dependente do resultado da impugnação deduzida contra o IRC de 2005.

- (ii) As correções de IRC referente a correções de IRC referente a 2013 a 2015 não envolve imposto a pagar, refletindo-se nas correções dos exercícios posteriores. A Empresa aguarda o desfecho da impugnação judicial que apresentou relativamente às respetivas liquidações;

É entendimento da Administração que esta situação não implica qualquer responsabilidade não refletida nas contas da Empresa.

24 Eventos Subsequentes à Data do Balanço

Como factos relevantes ocorridos em 2021, até à data de emissão do presente relatório destacamos:

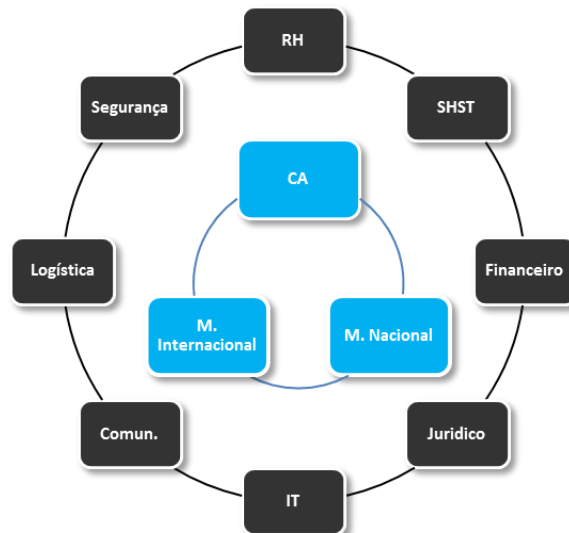
Covid-19

A propagação do vírus SARS-CoV-2, rapidamente atingiu proporções alarmantes provocando a pandemia de COVID-19.

O impacto na economia, no emprego e nas empresas é já muito significativo e a Reditus, embora seja das organizações menos afetadas, não é imune a este tipo de situações, principalmente se se prolongarem por muito tempo.

Desde o início de 2020 que a Reditus monitoriza a situação de muito perto, recorrendo à informação disponibilizada pelas entidades oficiais a nível nacional e internacional.

O Conselho de Administração constituiu um grupo de trabalho ad hoc multidisciplinar por si coordenado e que inclui os responsáveis dos mercados e de áreas de suporte (RH, SHST, Financeira, Jurídica, IT, Comunicação, Logística e Segurança) que reúne frequentemente (diariamente durante o período de um ano compreendido entre março de 2020 e março de 2021 e na presente data 3 vezes por semana) para poder avaliar os dados sobre o impacto da crise nas várias dimensões da organização (saúde das pessoas, operações, atividade comercial, desempenho económico e financeiro e estratégia a curto e médio prazo) e reagir coordenadamente.



Grupo Ad hoc para o Covid-19

Com a manutenção do risco de contaminação pelo vírus SARS-CoV-2 em Portugal e a propagação de novas estirpes, o Conselho de Administração mantém ativo o PCN (Plano de Continuidade do Negócio da Reditus), cujos cenários incluem, pelo menos desde a crise da Gripe A, o de pandemia.

Bancos

O empréstimo do Banco Comercial Português que no final de 2020, ascendia a cerca de 19,2 milhões de euros, foi cedido a uma entidade terceira do sector financeiro, mediante a celebração de um “Credit Assigment Agreement” na data de 11 de janeiro de 2021.

Também, o empréstimo do Santander foi cedido a uma entidade terceira do sector financeiro, mediante a celebração de um Contrato de Compra e Venda de Créditos na data de 24 de junho de 2019, pelo montante de 1,3 milhões de euros.

Encontra-se em curso, uma negociação tendente à reestruturação destes passivos bancários com redução parcial e substancial da dívida, cujas diligências estão a ser desenvolvidas diretamente com as entidades gestoras dos referidos créditos, em conformidade com o plano estratégico descrito no princípio da continuidade dos negócios.

PER GTO Consulting

Decorrente do plano estratégico de reestruturação do grupo, que está a ser desenvolvido para a reestruturação do seu passivo global, nomeadamente o passivo bancário, fiscal e operacional, a sua participada GTO Consulting, S.A. (adiante designada por “GTO”), submeteu na data de 20 de fevereiro de 2021, um processo “PER - Processo Especial de Revitalização”.

Este processo foi despachado pela Juiz do Tribunal do Juízo de Comércio de Lisboa – Juiz 1, na data de 12 de março de 2021, com a nomeação do administrador judicial provisório.

A apresentação do presente processo visa, pois, criar condições para a reestruturação e ajustamento

dos seus passivos, dotando a empresa de condições para alcançar a revitalização da função de tesouraria e o equilíbrio dos seus fluxos, bem como o crescimento necessário à sua recuperação. [1]

A recuperação da empresa terá por base a rentabilidade desta, o ajustamento e racionalização da estrutura dos custos e a adequação do passivo à expectativa de meios libertos, com o cumprimento dos compromissos assumidos com todas as entidades, nomeadamente os clientes, fornecedores, bancos e estado, ex-colaboradores, bem como a manutenção dos postos de trabalho atuais.

25 Proposta Aplicação de Resultados

Tendo o exercício de 2020 encerrado com um resultado líquido negativo em 7.099.715,35 euros, o Conselho de Administração propõe que o mesmo seja transferido para Resultados Transitados.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Audítamos as demonstrações financeiras anexas da Reditus Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 39.452.115 euros e um total de capital próprio de 6.760.074 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7.099.715 euros), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio individual e a demonstração dos fluxos de caixa individual relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto ao possível efeito das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Reditus Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

O valor da rubrica “Participações financeiras - método de equivalência patrimonial (MEP)”, no montante total de cerca de 31,9 milhões de euros, relativo à participação financeira detida na subsidiária Reditus Gestão, S.A., deveria ter sido ajustada considerando i) as reservas por desacordo constante dos relatórios de auditoria de duas das participadas desta subsidiária relativas aos saldos de clientes com entidades angolanas, no total de cerca de 59,4 milhões de euros, e ii) o efeito que essas mesmas reservas deverão ter na avaliação do Goodwill registado no activo da referida subsidiária pelo montante de 30,2 milhões de euros, devido ao estudo de avaliação de imparidade ter como pressuposto relevante os cash-flows de parte significativa de saldos que estão por receber daquelas entidades, sem contemplar a análise de sensibilidade ao risco de incobrabilidade ou de eventuais atrasos na cobrança. Assim, tendo em conta o possível efeito conjunto destes ajustamentos na subsidiária Reditus Gestão, S.A., não pudemos quantificar o valor efectivo de realização da rubrica de Participações financeiras - (MEP).

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Rua Foz de São João 4, 2ªA
1300-409 Lisboa / Portugal
Tel / Fax: +351 212 402 500 / 51
auren.tb@cauren.pt

AUREN AUDITORES

CAAREN AUDITORES E ASSOCIADOS, SRROC, S.A.
Rua Foz de São João, 4, 2ªA, 1300-409 Lisboa, N.º 0179. Capital: 475.000. NIF: 503 273 883

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações financeiras da Entidade, foram preparadas no pressuposto da continuidade, embora apresentem um valor de passivo corrente substancialmente superior ao activo corrente. Adicionalmente a esta situação de fundo de maneiço negativo, realçamos as situações seguintes: i) as contingências dos processos de correcções de IRC, no âmbito de inspecções fiscais à Entidade, no total de cerca de 4,9 milhões de euros, acrescidos de juros e custas de cerca de 2,5 milhões de euros, que não foram contabilizadas por se encontrarem em reclamação graciosa ou recurso hierárquico e algumas delas em impugnação judicial. Conforme referido na nota 23 do Anexo às contas; ii) conforme referido no Anexo na nota 2, Referencial contabilístico da preparação das demonstrações financeiras, o elevado endividamento bancário que se encontra em processo de reestruturação, bem como a mora no pagamento da dívida à Administração tributária e Segurança social que se encontra em processo de negociação global do passivo do grupo, incluindo o passivo fiscal, cujos processos ainda não se conhece qual o desfecho.

Consideramos que estas matérias consubstanciam uma incerteza material na continuidade das operações da Entidade.

A incerteza material relacionada com a continuidade encontra-se divulgada no Anexo às contas na nota do anexo acima referida e na nota 3 Plano de continuidade do Relatório de gestão, onde a Administração da Entidade i) reconhece as condições e os acontecimentos que estiveram na origem dessa incerteza; ii) releva as acções e negociações que está a desenvolver para ultrapassar a situação de desequilíbrio e iii) manifesta a convicção de que os resultados positivos das medidas implementadas, que se encontram em curso no âmbito do plano de reestruturação estratégico desenvolvida, permitirão reequilibrar os fluxos de tesouraria da Entidade, podendo assim, garantir a continuidade das operações da Entidade, mesmo no caso de a aplicação do ajustamento às contas expresso no número 1 do parágrafo da "Base para a opinião com reservas".

As demonstrações financeiras não incluem qualquer ajustamento que possa a vir ser necessário efectuar no caso de se constatar que o pressuposto da continuidade não foi de aplicação apropriada.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Ênfase

Conforme indicado no Anexo às contas na nota nº 1, as demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade da Entidade a nível individual, encontrando-se as participações financeiras registadas pelo método da equivalência patrimonial. Nos termos da legislação em vigor, a Entidade prepara demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais adoptadas pela EU, que devem ser lidas em conjunto com as apresentadas em anexo.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Não considerámos na auditoria outras matérias relevantes para além do mencionado nos parágrafos "Bases para a opinião com reservas" e "Incerteza material relacionada com a continuidade".

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, o relatório de governo societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluia, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, excepto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para opinião com reservas” do relato sobre auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorrecções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 245.º-C, n.º 6, do Código de Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A pela primeira vez na assembleia geral de accionistas realizada em 31 de maio de 2017 para um mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos nomeados na assembleia geral de accionistas realizada em 30 de junho de 2020 para segundo mandato compreendido entre 2020 e 2022.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo 16 de julho de 2021.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8 do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 19 de julho de 2021

AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A.
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 8158)
Representada por:



Victor Manuel Leitão Ladeira
(R.O.C. nº 651)

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Reditus SGPS, SA vem apresentar o relatório da sua atividade no exercício de 2020, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da Reditus SGPS, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.

Fiscalização da Sociedade

O Conselho Fiscal, desde que foi eleito, dando cumprimento aos seus deveres legais de fiscalização, acompanhou a gestão da empresa e a evolução dos seus negócios.

O Conselho Fiscal, no âmbito da sua atividade, e no estrito cumprimento dos seus deveres legais, apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira, os quais considera adequados e acompanhou, ainda, o sistema de gestão de riscos e a eficácia do sistema de controlo interno, não tendo havido quaisquer constrangimentos ao exercício da sua atividade. O Conselho Fiscal recebeu sempre a colaboração solicitada por parte do Conselho de Administração, bem como dos responsáveis operacionais pelos serviços de contabilidade, de tesouraria e jurídicos.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais incluem as demonstrações da posição financeira, a demonstração dos resultados, as demonstrações dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio e respetivos anexos, do exercício findo àquela data, elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia.

Além disso analisou, e concorda, com as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

Declaração de conformidade

Nos termos do artigo 245º do número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados e dos fluxos de caixa da Sociedade. Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade.

Parecer

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Reditus, SGPS, SA, possa aprovar o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2020.

Alfragide, 19 de julho de 2021

O Conselho Fiscal,

Dr. Armando Jorge de Carvalho Costa e Silva – Presidente

Dr. Luís Henriques de Lancastre de Lima Raposo – Vogal

Dr^a Sónia Maria Soares Aguiar – Vogal

PORTUGAL

SEDE

Av. 5 de Outubro, 125, loja 2
1050-052 Lisboa

ESCRITÓRIOS CENTRAIS

Estrada do Seminário, 2
Edifício Reditus
2614-522 Alfragide

REDITUS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Sociedade Aberta | Sede: Av. 5 de Outubro, 125, loja 2
1050-052 Lisboa
Capital Social: 14.638.691,00 Euros
Matriculada na C.R.C. de Lisboa com o número único de matrícula
de Pessoa Colectiva nº 500 400 997

www.reditus.pt

